



3.ª COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO,
REABILITAÇÃO URBANA, HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
LOCAL

6.ª COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL
DIREITOS SOCIAIS E CIDADANIA

8.ª COMISSÃO PERMANENTE MUNICIPAL
MOBILIDADE E SEGURANÇA

Relatório

Petição n.º 2/2017 – *Para que a Rua dos Anjos recupere o seu carácter urbano autêntico (rua comercial) e fique salvaguardado o bem-estar dos moradores.*

0 – INTRODUÇÃO

Deu entrada em 6MAR17 na Assembleia Municipal de Lisboa, a Petição n.º 2/2017, intitulada: *Para que a Rua dos Anjos recupere o seu carácter urbano autentico (rua comercial) e fique salvaguardado o bem-estar dos moradores*, subscrita em 20 (vinte) folhas por 274 (duzentos e setenta e quatro) Peticionários.

Considerando o seu objecto e teor da mesma, a Sr.ª Presidente da Assembleia, Arq.ª Helena Roseta, por Despacho de 23MAR17 determinou o seu encaminhamento para a 3.ª, 6.ª e 8.ª Comissões Permanentes, respectivamente Comissão de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, Comissão de Direitos Sociais e Cidadania e Comissão de Mobilidade e Segurança, para apreciação.

Após produção de Relatório, conjuntamente aprovado pelos/as membros dessas Comissões, será a presente Petição apresentada e votada em Plenário da Assembleia Municipal de Lisboa, tudo em cumprimento e nos termos do disposto no art.º 85.º do Regimento vigente.

0.1 – do conteúdo da PETIÇÃO

Acrescentaram os subscritores ao título da Petição, os seguintes condicionalismos que, entendem, poderão conjugadamente conduzir à concretização aos objectivos sumarizados no mesmo título, a saber:

- i. encerramento ao trânsito da Rua dos Anjos e da Travessa do Forno dos Anjos, salvo para moradores, serviços públicos e para cargas e descargas;
- ii. revitalização do Lote devoluto, correspondente ao n.º 10 de polícia da Rua dois Anjos, com a criação de Jardim Infantil e Horta/Pomar comunitária;
- iii. policiamento eficaz que previna o tráfico de drogas duras que ocorre na Rua a céu aberto e uma acção humanista para tóxico-dependentes, com ajuda psicológica e Sala de Consumo;

- iv. apoio na criação de Banquete Republicano para os moradores da Rua dos Anjos e arruamentos adjacentes, com periodicidade trimestral.

0.2 – da acção das Comissões, em aferição das pretensões dos PETICIONÁRIOS

0.2.1– Audição dos Representantes dos subscritores da PETIÇÃO

a) Em 31MAR17 teve lugar a Audição dos Peticionários, na qual se produziram as seguintes declarações:

disse o Sr. Bruno Assunção

O tráfico no local processa-se aproveitando a cobertura dada pelas viaturas estacionadas e também diante dos bares existentes na rua.

Pensamos dever existir nas imediações e em local adequado, Sala de Consumo assistida.

O Lote vazio seria indicado para um Jardim e Horta, visto não existir nenhum espaço verde perto.

A Polícia não é efectiva.

É preciso parar com o consumo neste local.

disse o Sr. Frederico Lima

A Rua dos Anjos sempre foi rua comercial, mas hoje é uma procissão de toxicodependentes a partir das 5 da tarde e até mais cedo, criando problemas graves para habitantes e comerciantes. É uma “fauna” muito suja que invade a rua, já de si mal iluminada.

O estacionamento facilita o tráfico e oculta os traficantes, servindo de refugio.

A Rua deixou de ser pedonal e a situação tem piorado.

Não se vê a Polícia actuar. Não os retiram nem coíbem o tráfico.

É necessário um Ecoponto e os caixotes de lixo são insuficientes.

Era muito bom haver um Jardim no Lote vazio.

disse a Sr.^a Marie Odile

Tem um comércio na zona que conhece muito bem, estando perto da Escola de sua Filha.

Houve alturas em que a situação estava a melhorar, mas agora piorou muito.

Nós conhecemos bem o que se passa e a invasão por consumidores é problemática.

Os traficantes são agressivos e ameaçam as pessoas. Bloqueiam o passeio.

Há grande falta de segurança e é impossível andar por lá, quer nos passeios, quer na rua por causa dos carros.

Tudo se passa à frente das crianças e dos polícias, aproveitando locais escusos, como as portas abandonadas do prédio da Santa Casa da Misericórdia.

É preciso acabar com esta situação.

A relação dos moradores e comerciantes com a Polícia também é difícil, não aceitando estes as queixas que se lhes apresentam.

Pensamos que o papel dos Agentes deverá ser o estarem bem visíveis e não é esse o caso.

A situação está cada vez pior e nem sequer se pode apresentar queixa aos polícias que não se deixam identificar.

b) Foram as seguintes as declarações/questões colocadas aos representantes dos subscritores, por parte dos membros das Comissões:

São verdadeiras as afirmações dos Peticionários e a situação tem piorado muito.

As Comissões devem visitar o local sem aviso prévio para apreender bem o que se passa e chamar quem detenha o poder executivo de corrigir o problema.

Este trecho da Rua dos Anjos esteve vários anos fechado mas reabriu em 2007.

Parece necessário fechá-la de novo.

O tráfico melhorou aquando das obras e depois voltou a piorar.

...

A situação descrita é angustiante.

Parece que só melhorou quando o Presidente da Câmara resolveu instalar-se no local e terá na ocasião havido outra atitude por parte da Polícia.

Se a Polícia agora não actua, deverá ser apresentada queixa ao DIAP.

O facto de passar a ser pedonal pode contribuir para a melhoria.

...

O Lote devoluto é propriedade privada.

Não será útil a vinda da/s Polícia/s à Comissão porque já aqui estiveram recentemente a propósito da Petição 15/2017.

A Lei não permite a instalação de Salas de Consumo Assistido em áreas urbanas consolidadas, estando esse assunto a ser trabalhado na Câmara Municipal

...

Os factos apresentados configuram um caso de polícia e tem de ser a PSP a actuar.

A Comissão terá de ponderar qual a melhor forma de resolver a situação.

...

O texto da Petição não reflecte totalmente a realidade dos problemas existentes no local.

De facto, quando se fecha uma zona da cidade, como o Casal Ventoso, o problema vai subindo para outras áreas.

Hoje a Av. Almirante Reis junto ao Intendente, está com problemas graves.

Na Rua do Bem Formoso fecharam os bares e o tráfico passou para cima.
As práticas de consumo duram todo o dia
Foram os moradores que pediram para não se acabar com os locais de estacionamento nesse trecho da Rua do Anjos.
O edifício da Junta vai voltar à posse dos proprietários.
O lote vazio é de facto e também, de propriedade privada.
A Junta procede à lavagem semanal das ruas e varredura diária.
Os caixotes não podem ficar na rua e disso estão cientes, tanto os moradores como os comerciantes.

...

As Comissões estão sensibilizadas para os problemas.
Queixas devem ser dirigidas ao Ministério Público, acompanhadas de fotografias ilustrativas.
O Ministério Público terá de intervir.

...

O fecho de ruas é da competência do Município.
Deverá ser lançado ataque articulado de combate ao tráfico, envolvendo várias autoridades.
Haverá ainda de cuidar em resolver as questões humanistas.
As Comissões já ouviram sobre o assunto os Srs. Comandantes das forças policiais, não sendo necessário repetir essa iniciativa.

...

Os 2 polícias no local são gratificados e custam 10 000,00 €/mês.
Os polícias têm estado sempre no local, mas actuavam com diligência nos três anos em que o Presidente da Câmara lá esteve.

...

Falta uma acção policial determinada.

...

É uma situação grave de insegurança e as Comissões devem dar aos Peticionários um sinal de confiança.

e) Responderam o seguinte, os subscritores da PETIÇÃO presentes na reunião:

o Sr. Bruno Assunção

Haverá moradores a querer estacionar os carros e carrinhas na Rua e outros que não querem ali viaturas.
Há 24 proprietários de edifícios no local, subscritores da Petição.
Quando se diz Banquete Republicano, referimo-nos a festividade solidária para todos os moradores e comerciantes, juntos numa mesa comprida. Uma festa nossa e não dos traficantes e drogados.
A Rua não foi lavada no último Verão.
A Travessa do Forno tem mesmo que ser pedonal devido à sua estreiteza.

A recolha selectiva de resíduos é muito importante, como também o seria a disponibilidade de ecopontos.

O tráfico está à vista de toda a gente e a vídeo-vigilância não serviria para nada.

A cidade de Paris esteve na mesma situação e as autoridades anunciavam a sua visita aos locais.

o Sr. Frederico Lima

O tráfico é principalmente depois das cinco da tarde, mas de facto há a todas as horas. É uma situação surreal.

A Travessa do Forno é muito perigosa porque não tem passeios, o que facilita acidentes.

Há cerca de 14 ou 15 viaturas em permanência na Rua.

Torna-se tudo numa selva.

a Sr.ª Marie Odile

Naquela zona vai haver 28 novos apartamentos prontos neste ou no próximo mês. Espero que seja um êxito para os investidores. Gosto muito do local, mas é preciso libertar a Rua desta praga.

Se vêm crianças cantar ou correr, a Polícia não deixa, mas quanto à droga ninguém actua.

Investir em novos negócios torna-se problemático.

o Sr. Bruno Assunção

Veio a ASAE a 3 bares na Rua. Só viram do álcool e nada da droga.

Os Peticionários querem que a Rua continue dos moradores, dos comerciantes e dos visitantes, com higiene e em segurança.

E que saiam os carros todos.

d) Rematou a Sr.ª Presidente da Junta de Freguesia de Arroios, dizendo o seguinte:

A Freguesia responderá a todas as solicitações para a celebração de uma Festa, como pretendida.

Quanto à Festa dos Anjos, esta é da responsabilidade de um movimento colectivo e não da Junta de Freguesia.

0.2.2 – Visita ao local pelos membros das Comissões

- a) Em 19MAI17 procederam os/as Srs./Sr.ªs Deputados/as a uma visita ao local, percorrendo a pé a Praça do Intendente Pina Manique, o troço Sul

- da Rua dos Anjos até ao entroncamento com a Av. Almirantes Reis, prosseguindo para baixo por essa artéria até chegar de novo ao Intendente.
- b) Foram observadas as várias actividades ocorridas na rua, visitados os comércios dos representantes dos Peticionários e outros de relevo na zona.
 - c) Constatou-se ser uma zona muito movimentada por turistas, crianças e adultos, além de visitantes e moradores, estando a Praça muito arejada e limpa e fortemente frequentada.
A Rua dos Anjos é sombria ao entardecer e apresenta-se algo sórdida e descuidada. Proliferam os bares, com clientela no interior e no exterior.
 - d) O Lote vazio corresponde aparentemente a dois edificios demolidos.
 - e) Alguns prédios estão em processo de reabilitação, pelo menos exterior, outros mostram-se bastantes degradados. Vários edificios situados mais perto do Intendente têm dignidade urbana, apesar de antigos.
 - f) A movimentação de alguns dos frequentadores do local não alimenta grande sensação de segurança.
 - g) Algumas actividades pareceram suspeitas.
 - h) Não foi verificada nenhuma presença policial em toda a zona visitada.
 - i) Esteve sempre presente e acompanhou toda a visita, a Sr.^a Presidente da Junta de Freguesia de Arroios, assim como vários elementos da sua equipa.

1 – ANÁLISE

Esta área foi alvo recentemente de grande intervenção não apenas urbanística, mas também social, o que tem sido continuado pela Junta de Freguesia.

Importa que esse trabalho não seja interrompido, não permitindo que a droga volte a imperar no local.

Se e quando o Gabinete do Presidente da Câmara esteve instalado na área foi possível resolver o problema da prostituição e da droga, certamente estará a solução do problema ao alcance das autoridades competentes.

Nos termos da Lei vigente a Polícia não poderá actuar no âmbito do combate à droga, excepto em flagrante delito e se a quantidade do produto for reduzida, o portador não pode sequer ser apreendido.

Portanto para ser efectiva a erradicação do tráfico, a acção tem de ser transversal a todas as entidades competentes, a Polícia, o Município e o Ministério Público.

Outros meios de fiscalização pública, como seja o recurso a meios de vigilância à distância, tipo vídeo-vigilância, enfermam das seguintes limitações.

1. Lisboa é uma cidade segura, com reduzidos problemas de crime violento ou de percepção generalizada de insegurança;
2. Não são conhecidos os resultados da instalação de vídeo-vigilância noutras áreas de espaço público aberto na cidade de Lisboa, pelo que não são claros se e quais os eventuais benefícios da sua introdução, perante evidentes malefícios no desrespeito e devassa da privacidade das pessoas;
3. A legislação não regulamenta ainda nem condiciona devidamente o uso do material resultante dessas gravações;
4. Dizem os subscritores da Petição n.º 15/2016, repetem-no os subscritores desta, como também se constatou na visita efectuada que os traficantes são do conhecimento notório de todos os frequentadores da área, não sendo portanto útil a tomada da sua imagem, mesmo em actos ilícitos de venda de droga, carecendo de legitimidade probatória, por ser impossível a sua associação à tipologia da droga e à respectiva quantidade transaccionada;
5. Não se mostra assim devida contrapartida na prevenção do crime de tráfico, visto que a própria Autoridade Policial reitera que parte relevante das transacções respeitam a reduzidas quantidades de droga, do tipo *para consumo*, cuja detenção não é ilegal;

2 – OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS REPRESENTADAS NAS COMISSÕES

2.1 Posição do Partido PAN - Pessoas – Animais – Natureza

Como referimos aquando da discussão de uma petição anterior, a utilização da tecnologia de videovigilância só por si não nos oferece razões de preocupação especial, desde que as orientações da Comissão Nacional de Protecção de Dados estejam a ser cumpridas.

Todos sabemos, e é já uma frase feita, que a utilidade de qualquer ferramenta depende do uso que dela se faz. Daí, que esta assembleia e estas comissões, responsáveis pela fiscalização do executivo municipal, devem estar preocupadas quando a propósito dos pedidos da população através de petições, pedem mais policiamento actuante, a resposta do executivo parece ser encharcar as ruas com câmaras de videovigilância, quem sabe como forma de reduzir ainda mais os efectivos policiais. <http://www.dn.pt/sociedade/interior/lisboa-quer-videovigilancia-instalada-em-toda-a-cidade-8522697.html>

Ainda não se confirmou a utilidade, por meio de documentação credível validada, das câmaras instaladas no Bairro Alto, e a CML prepara-se para dar um salto no desconhecido aumentando dez vezes ou mais o

número de câmaras por toda a cidade. Não conhecemos quais serão os resultados, mas sabemos algumas coisas.

- . Os peticionários pediram policiamento actuante e segurança
- . Os peticionários não pediram videovigilância
- . O investimento que irá ser efectuado será da ordem dos milhões de euros e não das centenas de milhar como foi no Bairro Alto
- . Com um investimento desta magnitude a AML deverá estar envolvida neste processo de raiz, não devendo ser apenas um capricho do executivo.

Por esta razão solicitamos que estas comissões elaborem um parecer fundamentado para posterior discussão em plenário, que considere para além do respeito pelas directivas da CNPD, os seguintes aspectos.

- . *Financiamento da instalação de videovigilância por toda a cidade, em meios técnicos e recursos humanos.*
- . *Complementaridade e articulação entre a videovigilância e os meios humanos de proximidade espalhados pela cidade com a contratação de mais polícias que possam desenvolver esta função.*
- . *Definição das funções automáticas de software disponíveis (do tipo man down ou outras), e sua articulação com os serviços de socorro e emergência.*
- . *Definição do papel da videovigilância na instrução de processos-crime e suas limitações*
- . *Visitas a centrais policiais de videovigilância que possam elucidar estas comissões*

Assim, e concluindo, um sistema de videovigilância de auxílio aos cidadãos merecerá o nosso total apoio. Um sistema que se limite a autorizar a Câmara a gastar milhões com brinquedos que não servem para nada terá a nossa oposição e será uma mancha no órgão fiscalizador da Câmara.

Por esta razão, até que estas questões sejam devidamente discutidas e consensuadas, a nossa posição será de oposição a qualquer instalação impensada cujos objectivos sejam apenas de transmitir uma falsa sensação de segurança à custa duma pesada factura para o erário público.

2.2 Posição do PS - Partido Socialista.

O Grupo Municipal do Partido Socialista, no que respeita à Petição n.º 2/2017, faz saber que:

1. Revê-se no conteúdo apresentado no relatório do Deputado João Magalhães Pereira, aprovado pela 3.ª, 6.ª e 8.ª Comissão Permanente.
2. Considera que as recomendações aprovadas na última sessão plenária de 30 de Maio, constantes na Recomendação 01A/137 continuam pertinentes e deviam fazer parte integrante da recomendação emanada pelo presente relatório, nomeadamente a instalação de câmaras de videovigilância na zona em apreço.

2.3 Os restantes Grupos Municipais e Deputados independentes pertencentes às Comissões reservam a sua opinião para a apreciação e votação em Plenário.

3 – CONCLUSÕES

Tal como se escreve no Relatório correspondente à Petição n.º 15/2016 que versou problemática semelhante em zona adjacente à da presente Petição, o Relatório Europeu sobre Drogas 2016, privilegia o combate ao consumo de droga fundamentado num conjunto alargado e complexo de questões, passando pela acção concertada das várias entidades no terreno, implicando não só a intervenção resolutiva, mas sobretudo a prevenção.

Recentemente, tem vindo a coalescer a conclusão que o verdadeiro flagelo social reside no potencial destrutivo da disponibilização de grandes quantidades de dinheiro, como produzido diariamente pelo tráfico na rua, levando a considerar que poderá ter mérito, um efectivo comando público dos sistemas de transacção de produtos psicotrópicos suaves.

O que é certo é que qualquer acção de prevenção, deve passar por um apoio social robusto e o tratamento por um Acto Médico ponderado, carecendo a problemática da droga nas grandes cidades, de uma intervenção coordenada e integrada, que vise a resolução imediata do problema e a prevenção do seu reaparecimento.

4 – RECOMENDAÇÕES

Perante o que os Peticionários vieram transmitir à Assembleia Municipal para sua pronúncia e perante os factos recolhidos na visita ao local, fortes ainda da contribuição de anteriores Relatórios quanto a situações equivalentes e das opiniões expressas pelas Sr.^{as} e Srs. Deputadas/os membros das Comissões, a Comissão Permanente Municipal de Ordenamento do Território, Urbanismo, Reabilitação Urbana, Habitação e Desenvolvimento Local, a Comissão Permanente Municipal de Direitos Sociais e Cidadania e a Comissão Permanente Municipal de Mobilidade e Segurança propõem ao Plenário da Assembleia Municipal de Lisboa que aprove as seguintes Recomendações à Câmara Municipal:

1. A criação de uma Equipa de Coordenação entre todos os actores sociais envolvidos na problemática da prevenção e combate ao tráfico de droga, que envolva a Câmara Municipal de Lisboa, a Freguesia de Arroios, a Polícia de Segurança Pública, a Polícia Municipal, o Ministério da Saúde e outros como se verifique adequado;
2. O exercício do seu magistério de influência junto da Polícia de Segurança Pública para que seja imediatamente reforçado o policiamento nas zonas situadas entre a Avenida Almirante Reis, Largo do Intendente e troço Sul da Rua dos Anjos;
3. A denúncia ao Ministério Público, para a promoção de eventual intervenção no sentido da devolução àquela zona da cidade da tranquilidade, segurança e qualidade de vida que merece;
4. A continuação da reabilitação urbana da área e troço Sul da Rua dos Anjos e respectivas transversais, desde o Largo do Intendente até à confluência com a Av. Almirante Reis;
5. O condicionamento do trânsito, velocidade e estacionamento automóvel no troço Sul da Rua dos Anjos e suas transversais, privilegiando embora os moradores, comerciantes e zonas de cargas e descargas.

O presente Relatório foi aprovado por Unanimidade de todos os Deputados presentes na reunião.



Assembleia Municipal de Lisboa em 02 de Junho de 2017

O Deputado-Relator

(João de Magalhães Pereira)

Os Presidentes das Comissões:

3.^a Comissão

6.^a Comissão

8.^a Comissão

(Victor Gonçalves)

(João de Magalhães Pereira)

(José Maximiano Leitão)